

Uma história conectada: escravidão e poder no atlântico. Rio e Havana como cidades-espelho

Daniel Costa Silva¹

SILVA, D. C. **Uma história conectada:**
escravidão e poder no atlântico. Rio e Havana como cidades-espelho
História Social, vol. 21, p. 01-08, e026009, 2026

Resenha do Livro: SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Irmãos do Atlântico: escravidão e espaço urbano no Rio de Janeiro e Havana (1763–1843)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2025, 362 p.

Com a publicação de *Irmãos do Atlântico: escravidão e espaço urbano no Rio de Janeiro e Havana (1763-1843)*, a historiadora e professora vinculada ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF), Ynaê Lopes dos Santos traz à luz uma significativa contribuição para a historiografia brasileira recente sobre temas como escravidão, urbanização e o espaço atlântico ibérico no século XVIII e início do XIX. Originada como tese de doutorado, apresentada junto ao Programa de Pós Graduação em História Social da FFLCH/USP, sob orientação de Rafael Bivar Marquese, a obra que será analisada abaixo representa um ponto de inflexão acerca dos temas citados.

¹ Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Desenvolve pesquisa acerca da corrupção e dos conflitos administrativos na América portuguesa e em Portugal durante o período pombalino. E-mail: d.silva16@unifesp.br

No decorrer de oito capítulos, divididos em duas partes, Ynaê Lopes dos Santos estrutura sua análise de modo progressivo, articulando o plano político-imperial ao cotidiano urbano das duas cidades. Na primeira parte, temos os seguintes capítulos: *As Chaves do Atlântico; Reconstruções urbanas e sentidos escravistas (1763-1765)* e *Escravidão urbana em palcos ilustrados (1766-1790)*. Nesse primeiro bloco, a historiadora examina o impacto das reformas ilustradas e do reordenamento político e administrativo após 1763, quando Rio de Janeiro e Havana foram elevados à condição de capitais coloniais e tornaram-se pontos estratégicos dos impérios português e espanhol. Nesse contexto, é mostrado como o processo de modernização urbana apoiou-se na intensificação da escravidão, evidenciando o paradoxo entre o discurso civilizador e a dependência da força de trabalho escravizada. Em seguida, a historiadora aborda o período de crise do Antigo Regime e das revoluções atlânticas, o medo das elites frente à Revolução do Haiti (1891) e a reação que levou ao fortalecimento do tráfico de escravizados africanos. A autora demonstra como Rio e Havana, apesar de pertencerem a impérios distintos, sincronizaram políticas de defesa da escravidão e ampliaram o uso da força de trabalho escravizada nas atividades urbanas e portuárias.

Na segunda parte do livro, a autora apresenta os seguintes capítulos: *Escravidão e medo na tessitura do urbano (1791-1807)*; *Capitais e a aposta na escravidão (1808-1815)*; *Nas urdiduras do urbano (1816-1821)*; *Soberanias em capitais escravistas (1822-1833)* e *Rumores de muitas vozes em cidades escravistas (1834-1843)*, nos quais aprofunda o estudo do espaço urbano, destacando o cotidiano das ruas, dos mercados, dos serviços e também da vigilância policial. Lopes dos Santos examina ainda as tensões entre mobilidade e controle, analisando figuras como os escravos de ganho, as quitandeiras e os trabalhadores portuários, que garantiam a vitalidade econômica das cidades enquanto eram alvo constante de repressão. Por fim, o leitor e a leitora têm a oportunidade de conhecer as conexões entre o urbano e o rural, mostrando como Rio e Havana se tornaram extensões das *plantations*

açucareiras e cafeeiras, e como a escravidão urbana sustentou o modelo econômico que ligava os impérios ibéricos ao capitalismo mundial.

Após a apresentação resumida dos capítulos, vamos aos aspectos gerais da obra em análise. Com *Irmãos do Atlântico*, Ynaê Lopes dos Santos realiza um estudo comparativo entre Rio de Janeiro e Havana, então as duas maiores cidades escravistas das Américas naquele período; propondo uma análise que desloca o olhar da *plantation* rural para o espaço urbano e suas múltiplas dimensões de poder, trabalho e sociabilidade, processo iniciado ainda em sua dissertação de mestrado². Partindo de uma premissa teórico-metodológica específica, a saber: compreender a escravidão enquanto fenômeno constitutivo das dinâmicas urbanas e não como resíduo rural inserido nas cidades. A abordagem sincrônica e comparativa permite que a historiadora estabeleça um diálogo entre as duas cidades, observando como ambas se transformaram em polos de sustentação dos impérios português e espanhol em um contexto de profundas reconfigurações políticas e econômicas do Atlântico.

Mais do que um estudo comparado entre duas cidades coloniais, Ynaê Lopes dos Santos propõe uma leitura atlântica da escravidão urbana, na qual o conceito de ‘Mundo Atlântico’ funciona como uma categoria espaço-temporal capaz de apreender fluxos, trocas e assimetrias entre diferentes regiões inseridas no sistema escravista. Essa perspectiva desloca a análise do âmbito nacional para o transnacional, aproximando as experiências luso-brasileira e hispano-caribenha sob uma lógica de longa duração. Aqui o leitor perceberá na obra o eco de autores como Eric Williams e Fernand Braudel³.

A base teórica da pesquisa de Ynaê Lopes dos Santos está ancorada ainda na historiografia sobre o Atlântico escravista e nas contribuições

² SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Além da senzala: arranjos escravos de moradia no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Hucitec, 2010.

³ Ver: BRAUDEL, F. **Civilização Material, Economia e Capitalismo: séculos XV–XVIII – Os jogos das trocas**, vol. 2, 2ª edição. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2009 e WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e Escravidão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

trazidas pelo conceito de ‘segunda escravidão’, formulado por Dale Tomich e Rafael Marquese. Para esses autores, entre o final do século XVIII e meados do XIX, a escravidão se expandiu e se reconfigurou em determinadas regiões do Novo Mundo; especialmente Cuba, Brasil e o sul dos Estados Unidos, articulando-se à lógica capitalista global e fornecendo produtos tropicais para o mercado mundial⁴.

Dentro dessa perspectiva, a autora insere o estudo de ambas as cidades, demonstrando que o crescimento urbano e a modernização administrativa dos impérios ibéricos no século XVIII estiveram intrinsecamente ligados à intensificação da escravidão. O recorte temporal é metodologicamente preciso: inicia-se com o Tratado de Paris (1763), que reposiciona ambas as cidades como capitais estratégicas – Havana, reocupada pelos espanhóis após breve dominação inglesa, e o Rio de Janeiro, elevado à condição de capital do vice-reino português, e se encerra com a *Rebelião de La Escalera* em Cuba e o recrudescimento dos debates sobre o fim do tráfico no Brasil.

A escolha do corpus documental reforça o rigor da abordagem pretendida por Lopes do Santos: utilizando desde fontes administrativas e municipais, como atas de câmaras, registros policiais e correspondências de autoridades, tanto em instituições brasileiras como o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Arquivo Nacional e Biblioteca Nacional; cubanas, como o Archivo Nacional de Cuba, e espanholas, como o Archivo General de Indias e o Archivo Historico Nacional de Madrid. Essa opção por uma ampla gama de fontes permitiu a identificação tanto das formas de repressão quanto acerca das brechas de autonomia existentes no cotidiano urbano, através da vigilância, da regulação do trabalho e da disciplina dos corpos cativos.

⁴ Ver: MARQUESE, Rafael de Bivar. “Governo dos escravos e ordem nacional: Brasil e Estados Unidos, 1820–1860.” In: JANCÓS, István (org.). **Brasil: formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec/Fapesp/Ed. Unijuí, 2003. p. 251–267; BERBEL, Márcia; MARQUESE, Rafael; PARRON, Tâmis. **Escravidão e Política: Brasil e Cuba, 1790–1850**. São Paulo: Hucitec, 2010 e TOMICH, Dale. **Pelo prisma da escravidão. Trabalho, Capital e Economia Mundial**. São Paulo: Edusp, 2011.

No plano conceitual, Lopes dos Santos refuta a antiga ideia de que a escravidão urbana seria uma forma “atenuada” do cativeiro rural. Dialogando com autores como Mary Karasch, Kátia Mattoso e Sidney Chalhoub⁵, a autora demonstra que o espaço urbano não era um refúgio, mas um território de conflito, mobilidade e coerção, onde o trabalho escravizado era essencial para o funcionamento da economia e dos serviços públicos. A cidade, portanto, não se opunha à *plantation*, era seu prolongamento e sustentáculo.

Outro mérito metodológico observado na obra é o uso do “comparatismo atlântico”, que não se limita à analogia, mas busca relações estruturais e sincrônicas entre os dois territórios. A autora toma o Atlântico como um campo de interconexões políticas, econômicas e culturais, no qual os impérios ibéricos negociavam continuidades e rupturas diante do avanço das revoluções e do capitalismo. Assim, o estudo de duas cidades específicas torna-se um espelho das transformações globais do sistema escravista moderno.

A partir dessa base teórica, Santos desenvolve um exame minucioso sobre como a escravidão se inscreveu material e simbolicamente nas tramas urbanas do Rio de Janeiro e de Havana. Nos capítulos iniciais, ela reconstrói a reconfiguração das cidades após 1763, mostrando como as reformas ilustradas e as políticas de fortificação, saneamento e embelezamento coexistiam com a expansão do trabalho cativo. O projeto civilizatório das metrópoles se edificava, paradoxalmente, sobre o corpo escravizado.

No caso do Rio de Janeiro, a autora destaca que o impacto da transferência da corte portuguesa em 1808 transformou a cidade na capital do império português e intensificou a presença escrava. O cativeiro urbano se tornou o eixo da economia de serviços, das obras públicas e do abastecimento. Em Havana, por sua vez, o processo de modernização esteve

⁵ Ver: CHALHOUB, Sidney. **Visões de Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; KARASCH, Mary. **A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808–1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000 e MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Ser Escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

associado ao auge das *plantations* açucareiras e ao reforço das estruturas militares e administrativas, o que também ampliou o uso de trabalhadores escravizados em atividades portuárias, domésticas e de manutenção urbana.

Em ambas as cidades, a autora evidencia um movimento ambíguo: enquanto a escravidão se tornava indispensável para o funcionamento urbano, crescia simultaneamente a retórica do controle e do medo, alimentada principalmente por revoltas como a do Haiti e, posteriormente, pela conspiração de 1844 em Cuba. O espaço público se convertia assim em território de vigilância – ruas, chafarizes e mercados eram constantemente policiados, e as autoridades viam nos escravizados ambulantes um risco à ordem social.

A historiadora mostra ainda como os dispositivos de controle se articulavam à administração cotidiana da cidade. Desse modo, a escravidão urbana não se restringia ao âmbito doméstico: ela estruturava a governabilidade das cidades atlânticas. Ynaê Lopes dos Santos propõe que o estudo do cativo urbano é uma chave para compreender as formas modernas de dominação e poder, em um contexto de transição entre Antigo Regime e capitalismo.

Após estabelecer os fundamentos teóricos, a autora desenvolve o eixo comparativo que dá nome à obra. O título “*Irmãos do Atlântico*” não é mero recurso retórico, mas uma formulação historiográfica: visto que, entre 1763 e 1843, Rio de Janeiro e Havana compartilharam trajetórias paralelas que as tornaram centros nevralgicos do Atlântico ibérico. Ambas emergiram como capitais coloniais e, mais tarde, como as principais cidades escravistas das Américas.

O comparatismo se constrói a partir de três dimensões: o cotidiano das relações escravistas; o peso do cativo urbano na estrutura dos impérios; e, por fim, a sincronia política e econômica que uniu ambas as cidades.

Ao olhar para o cotidiano urbano, Ynaê Lopes analisa a distribuição das atividades dos escravizados: no Rio, destacam-se os carregadores de água, pedreiros, quitandeiras e escravas de ganho; em Havana, vendedores

ambulantes, trabalhadores portuários e serviços domésticos. Em ambos os casos, a mobilidade escrava permitia certa autonomia econômica, mas sob vigilância constante. A documentação analisada revela a presença quase onipresente dessa massa de escravizados nas ruas, mercados e obras públicas – uma “cidade de escravos e vadios”, nas palavras da autora.

Quanto ao peso do cativo urbano, Lopes dos Santos demonstra que as administrações locais eram marcadas por demandas relativas à escravidão; desde o policiamento até a tributação sobre o trabalho escravo. Ainda de acordo com a autora, escravidão não era um fenômeno marginal, mas o núcleo da vida urbana. Essa constatação é reforçada por dados populacionais: em meados do século XIX, cerca de 38% da população do Rio e mais de 20% da de Havana eram compostos por pessoas escravizadas.

Na “dimensão sincrônica”, a autora identifica paralelos estruturais na política e na economia das duas cidades. Ambas foram beneficiadas por reformas ilustradas e pelo redesenho geopolítico do Atlântico; ambas reagiram ao abolicionismo com estratégias de defesa da escravidão; e ambas experimentaram crises quase simultâneas na década de 1840. Essa sincronia reforça a tese apresentada por Lopes dos Santos de que o espaço atlântico ibérico funcionava como um sistema interligado, onde decisões políticas, fluxos comerciais e ideias circulavam entre impérios, moldando experiências similares.

Por fim, cabe destacar que a contribuição de Ynaê Lopes dos Santos com a presente publicação é dupla. Em primeiro lugar, a autora renova os estudos sobre escravidão urbana, recolocando o tema no centro da historiografia atlântica. Seu diálogo com obras clássicas, de Fernando Ortiz e Gilberto Freyre a Frank Tannenbaum⁶ é crítico e produtivo: ao invés de aceitar a suposta “brandura” da escravidão citadina, ela revela sua complexa rede de coerções, mediações e resistências.

⁶ Ver: FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2009; ORTIZ, Fernando. **Los Negros Curros**. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1986 e TANNENBAUM, Frank. **Slave and Citizen**. Boston: Beacon Press, 1991.

Em segundo lugar, Santos oferece uma história comparada, superando fronteiras nacionais, mostrando como o Atlântico foi um espaço de circulação de práticas e ideologias escravistas. Ao propor uma análise do Rio de Janeiro e Havana, a autora também reinterpreta o papel do Brasil e de Cuba na formação do capitalismo atlântico, aproximando-se das discussões sobre economia-mundo e globalização precoce.

A crítica que se poderia apontar à obra, dentro de uma leitura historiográfica, diz respeito à relativa ausência da experiência subjetiva dos escravizados, já que a autora privilegia as fontes administrativas e o ponto de vista da governabilidade. Contudo, essa escolha é coerente com o propósito do trabalho: compreender a estrutura de poder e não apenas o cotidiano dessa massa de homens e mulheres escravizados. *Irmãs do Atlântico* é, sem dúvida, uma obra fundamental para compreender a escravidão moderna sob novas chaves interpretativas. Ao articular a história atlântica e urbana somadas à análise comparada, Ynaê Lopes dos Santos oferece uma visão abrangente e original sobre o papel das cidades escravistas na formação do mundo moderno, que irá despertar o interesse tanto daqueles que se dedicam profissionalmente ao *métier* historiográfico quanto ao público geral. Por fim, não se pode deixar de criticar a opção – e aí a responsabilidade recai sobre os editores da obra e não sobre a autora – em agrupar as referências ao final do livro, o que pode dificultar a fluência da leitura.

Mais do que aproximar duas cidades, Ynaê Lopes mostra ao leitor, no decorrer das páginas, que as experiências do escravismo urbano foram parte de um mesmo movimento de longa duração. É, portanto, uma obra essencial para compreender os embricamentos entre escravidão, cidade e poder no mundo moderno, reafirmando que a história do Atlântico é, antes de tudo, uma história de interdependências.

Recebido em: 13/11/2025

Aceito em: 22/09/2026